

INFORMAÇÃO ÉTNICO-RACIAL: A CONTRIBUIÇÃO DE ARQUIVOS, BIBLIOTECAS E MUSEUS NA LUTA ANTIRRACISTA

ANA CLÁUDIA DOS SANTOS DE LIMA*

INTRODUÇÃO

No Brasil os profissionais da informação dedicam-se intensamente a aprimorar produtos e serviços para seus usuários, acompanhando e adaptando-se às novas tecnologias para otimizar as rotinas. Porém é importante enfatizar que nos últimos anos bibliotecários, arquivistas e museólogos também têm utilizado seus respectivos espaços de trabalho para além das novas tecnologias, há uma grande necessidade de promover a função social e política de arquivos, bibliotecas e museus. A partir desse olhar do profissional da informação possibilitou-se iniciar um caminho para uma transformação social em suas comunidades, caminho esse que se inicia a partir da conscientização que a luta por justiça social deve ser coletiva e o protagonismo deve ser de toda a comunidade. Com base nisso, trataremos nesse artigo sobre como Arquivos, Bibliotecas e Museus têm contribuído na Luta Antirracista. Essas instituições agregam valor e oferecem suporte no que se refere a gestão do conhecimento e informação, pois tem uma função social e contribuem enquanto mediadoras do conhecimento, a formar indivíduos críticos e pensantes. Com isso, cada vez mais profissionais da informação procuram estudar e conhecer as necessidades informacionais de seus usuários, considerando sempre suas avaliações e expectativas acerca do serviço que vem sendo oferecido dentro da comunidade a qual a unidade de informação está inserida.

De acordo com Almeida (2020, p. 25), o conceito de raça pode ser definido a partir de uma característica biológica, como a cor da pele do indivíduo, ou definido a partir de uma característica étnico-cultural, como origem geográfica, religião ou língua nativa, por exemplo. Almeida (2020, p. 25) afirma que o racismo é uma consequência da estrutura na qual a sociedade foi pensada, ou seja, de como se definem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares.

Munanga e Gomes (2016, p. 175) afirmam que o Movimento Negro e muitos pesquisadores adotam a utilização do termo raça numa perspectiva social e política que aborda a história do negro no Brasil, denunciando o racismo e alertando a sociedade

* Colégio Pedro II – Rio de Janeiro; ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7065-3128>; Email: claudinhlim@gmail.com.

sobre as condições de desigualdade do povo negro em relação ao segmento branco da população brasileira.

Freire (2016, p. 102) enfatiza que a inserção dos oprimidos na realidade opressora os impede de ter uma percepção da sua própria opressão e não os leva a engajarem uma luta por sua liberdade.

Com base nos conceitos apresentados acima, podemos então afirmar que Movimentos Sociais Negros têm protagonismo na Luta Antirracista. Com isso é possível afirmar que Arquivos, Bibliotecas e Museus são instituições que podem e devem contribuir com esses movimentos negros de luta e resistência, pois através da mediação da informação étnico-racial engajam suas comunidades a participar e promover a agenda antirracista.

Fernandes e Valério (2021, p. 255) consideram agenda antirracista todo comportamento que incentive a luta contra desigualdades raciais. Para Souza, Valério e Campos (2021) o acesso à informação étnico-racial contribui para as práticas antirracistas e o profissional da informação é importante nessa luta e salientam a importância da competência em informação desse profissional em questões raciais.

Sendo assim, objetivo principal dessa pesquisa é apresentar estudos e reflexões que abordem o papel de unidades de informação na Luta Antirracista. Além disso, propor e conhecer ações que insiram essas instituições e seus profissionais na mediação da informação étnico-racial dentro de suas comunidades, para o (re)conhecimento da História Afro-Brasileira, engajando suas comunidades na contribuição do cumprimento da agenda antirracista, visando a conscientização e a luta por uma transformação social.

1. INFORMAÇÃO ÉTNICO-RACIAL

Bibliotecas, Arquivos e Museus para a sociedade são de fundamental importância, pois ao longo do tempo salvaguardaram registros informacionais da História da Humanidade e contribuíram e contribuem para a produção do conhecimento. Porém é preciso que essas instituições e profissionais da informação repensem cada vez mais sobre como democratizar o acesso a informação está inserida em seus espaços, seja em qualquer tipo de suporte, físico ou digital. Através do processo de compartilhar e mediar a informação, possibilita-se o início de um processo de conhecimento e conscientização. No caso dessa pesquisa, a abordaremos esse processo com o foco na população negra brasileira que sofre até hoje com «herança» ruim do período escravocrata no Brasil e vive sobre o mito da democracia racial, uma visão equivocada de que não existe racismo na sociedade brasileira (Lopes 2011, p. 238).

Podemos exemplificar aqui como era, por exemplo, o acesso à informação em Bibliotecas no Brasil durante o Período Colonial. Ou seja, as Bibliotecas salvaguardavam

a informação, porém o acesso à informação na época, era restrito, apenas para a elite dominante:

No Brasil Colônia houve uma grande expansão dos bens escritos mantidos em bibliotecas de conventos e outras ordens religiosas principalmente da ordem dos padres jesuítas, que embora trouxessem a possibilidade do acesso ao livro, impuseram seus ideais religiosos e também a cultura erudita. A vinda da Família Real Portuguesa para o Brasil acarretou na transferência da Real Biblioteca para o Rio de Janeiro. Embora as bibliotecas no período colonial representem um momento importante na história dos registros escritos, o cunho elitizado se manteve, eram frequentadas pelo público de melhor poder aquisitivo afastando os setores mais populares e a preocupação com a preservação do material impresso ainda era o foco das instituições (Munanga e Gomes 2016, p. 743).

Muitos avanços ocorreram no decorrer da história, porém profissionais da informação precisam estar cada vez mais alinhados com a justiça social e não devem permanecer no campo da neutralidade, pois sendo a informação é um bem simbólico e o acesso torna-se fundamental para o exercício da cidadania, profissionais da informação tem sua responsabilidade social, pois são capazes de educar e conscientizar suas comunidades através do uso social da informação (Morigi, Vanz e Galdino 2002, p. 141).

Nesse contexto, a sociedade da informação deve preocupar-se cada vez mais com a população negra, que em sua imensa maioria foi e ainda é privada do acesso à informação, a educação de qualidade, de cultura, saúde, vivendo em desigualdade social. É legítimo quando se utiliza o termo «dívida histórica» do Brasil com a população negra brasileira que em sua maioria não tem privilégios na sociedade, porque o racismo estrutural, infelizmente tem se fortalecido cada vez mais, apesar da Luta Antirracista.

É preciso pensar como democratizar o acesso à Bibliotecas, Arquivos e Museus para a população preta. É urgente informar, conscientizar e engajar essa população na Luta Antirracista para que um movimento de transformação social ocorra.

Afinal, unidades de informação têm sua função política e social, podendo assim salvaguardar a informação étnico-racial e promovê-la em seus espaços, para que suas comunidades tenham acesso livre e democrático a essa informação. Além de promover ações que visem a valorização da Cultura e História Africana e Afro-Brasileira, podendo assim contribuir para empoderar e dar voz ao povo negro, foi silenciado ao longo da História.

Para que esse movimento de transformação social do povo negro se inicie é preciso apresentar a História numa perspectiva afrocentrada, que promova o pensamento crítico dentro dessa comunidade. Gomes (2016, p. 738) apresenta sucintamente o objetivo

da implementação da Lei n.º 10.639/03, lei esta que torna obrigatório que o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana em todas as instituições escolares de ensino fundamental e médio se fez necessário dar a devida visibilidade a autores negros (Brasil 2003). Em decorrência dessa lei, profissionais da informação e educadores e educadoras reinventaram suas práticas para promover uma educação afrocentrada, que enfatizasse as diversas formas de luta e resistência antirracista, como as lutas do Movimento Negro e dos quilombos, por exemplo. Porém na prática, grande parte das instituições de ensino no Brasil não dão a devida importância a essa lei, promovendo o ensino de História ainda numa abordagem eurocêntrica. No Brasil ainda é um tabu falar sobre a História e Cultura Africana e Afro-Brasileira, pois o racismo está fortemente enraizado na estrutura social.

Como exposto acima a maioria do povo negro brasileiro não conhece sua história e não tem acesso à informação étnico-racial. Mas afinal, como conceituar informação étnico-racial?

Para Oliveira e Aquino (2012, p. 487) a informação étnico-racial pode ser definida como todo e qualquer suporte informacional, seja ele, físico ou digital que possibilite a produção do conhecimento sobre questões históricas e culturais sobre uma determinada etnia, podendo ter dois aspectos: objetivo e subjetivo, conforme abaixo:

Operacionalmente, o conceito de informação étnico-racial incorpora dois aspectos: um objetivo e um subjetivo. O primeiro diz respeito aos conteúdos disponibilizados nos diversos suportes informacionais. O segundo refere-se ao potencial de produção de conhecimento acerca dos fundamentos sociais, históricos, políticos e culturais de um grupo étnico (Oliveira e Aquino 2012, p. 487).

De acordo com os autores, o conceito de «informação étnico-racial» é um conceito amplo e pode ser aplicado aos diversos campos da Ciência da Informação. Porém Oliveira e Aquino (2012, p. 487) apresentam esse conceito delimitado a população negra brasileira:

O conceito de informação étnico-racial aplicado à afro descendência permite-nos dizer que engloba a documentação legal, os textos didáticos, os manifestos, bibliografias, iconografias, todo material informacional visual e não-visual — oral, escrito, digital — oriundo do Governo, das Universidades, das Secretarias Municipais e Estaduais, das ONGs, Movimento Negro, Museus, Arquivos, Centros de Informação, etc., produzido com vistas à promoção da igualdade racial na sociedade brasileira e, dentre outras políticas, que tratam e regulam as relações étnicas baseadas na diversidade humana (Oliveira e Aquino 2012, p. 487).

Logo, é fundamental que a informação étnico-racial esteja presente na formação de profissionais da informação para que estes desenvolvam a competência necessária para tratar de questões relacionadas a população negra e participem da Luta Antirracista.

No âmbito da Biblioteconomia Silva e Saldanha (2018, p. 311) enfatizam a importância do profissional bibliotecário conhecer as demandas da sua comunidade para atendê-la conforme sua necessidade e a compreensão da cultura africana e afro-brasileira durante sua formação acadêmica, pois esse conhecimento contribuirá para que os futuros profissionais da informação se dediquem e compreendam as demandas da população negra.

Contudo, ainda é possível notar que a invisibilidade da informação étnico-racial em unidades de informação por sejam porque não há uma política institucional que promova, seja pela falta de inserção de na matriz curricular dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia ou até mesmo pela falta de um olhar político e social do profissional. Essa invisibilidade da informação étnico-racial deve-se e acontece pelo fato da sociedade brasileira ainda ter um enfoque eurocêntrico, seja na educação, cultura, religião e demais segmentos. A produção de conhecimento em História Africana e Afro-Brasileira é pequena se comparada a produção de conhecimento da História Universal, com enfoque na Europa, por exemplo.

Enfoca-se a invisibilidade enquanto resultado da quantidade incipiente de estudos sobre temas de interesse da população afrodescendente, a citar a história da África e do negro, aqui incluídos cultura, tradições, religião ou idioma da língua materna como condicionantes do sentimento de pertença ou “bem-estar” indenitários. Isto porque os pesquisadores das universidades públicas têm dado prioridade e reconhecido como produção de conhecimento apenas os trabalhos que se enquadram em temas universais e que se aproximam de pensamentos e práticas eurocêntricas (Sousa e Albuquerque 2020, p. 15).

Sendo assim, Bibliotecários, Arquivistas e Museólogos precisam contribuir na Luta Antirracista urgentemente, promovendo a informação étnico-racial, oferecendo visibilidade tão justa e necessária a História Africana e Afro-Brasileira para que a população negra, possa conhecer a si mesma, sua história e ancestralidade, conscientizando-se que se juntar Luta Antirracista é imprescindível para avançarmos em prol de uma sociedade com mais justiça, inclusão e equidade, combatendo as desigualdades sociais que tem assolado o povo negro a séculos.

2. METODOLOGIA DE PESQUISA

Para o desenvolvimento desse trabalho, realizou-se a revisão sistemática da literatura científica encontrada em artigos publicados e disponibilizados na *internet*, além de obras bibliográficas nos formatos físicos e digitais, visando dar suporte teórico ao estudo, destacando os critérios dos textos escolhidos de acordo com a necessidade do trabalho proposto.

A metodologia utilizada para essa pesquisa é de abordagem qualitativa e exploratória, com a revisão bibliográfica de obras que tratem da temática étnico-racial. Estudos de casos também serão adotados para exemplificar ações voltadas para a informação *versus* Luta Antirracista. Braga (2007, p. 25) afirma que as pesquisas exploratórias objetivam reunir dados e informações sobre um problema de pesquisa.

Nessa pesquisa adotamos o estudo de caso, «um caso é definido como um objeto ou processo teórico, empírico ou ambos» (Calazans 2007, p. 45). A autora também afirma que ao selecionar um estudo de caso é preciso definir a unidade de análise, que pode ser tanto individual, como um evento ou organização. Para a metodologia de estudos de casos numa pesquisa é importante ter bem alinhada e definida a questão de pesquisa, proposições ou hipóteses, unidades de análise, métodos formais para coleta de dados e critérios para interpretação de dados (Calazans 2007, pp. 47-50).

No caso dessa pesquisa temos como questão principal: Qual a contribuição de Arquivos, Bibliotecas e Museus na Luta Antirracista? Como preposição temos a questão hipotética de avaliar o engajamento de unidades de informação na Luta Antirracista. A unidade de análise são instituições como as Bibliotecas Escolares do Colégio Pedro II, o Arquivo Público do Estado do Maranhão, o Arquivo Público do Estado de São Paulo, e o Museu Afro Brasil e o Museu Digital da Memória Africana e Afro-Brasileira. Os métodos para coletar evidências são a observação, a pesquisa documental e o questionário aplicado às Bibliotecas Escolares pela Central de Bibliotecas. O critério para interpretação de dados será o de construção da explanação (Maffezzolli e Boehs 2008, p. 105).

2.1. O Instrumento de Coleta de Dados para as Bibliotecas Escolares do Colégio Pedro II

O questionário aqui apresentado é de autoria da Central de Bibliotecas do Colégio Pedro II, que o elaborou visando responder a uma demanda da comunidade escolar e teve como participantes os Chefes/Responsáveis pelas Bibliotecas dos *campi* pertencentes ao Colégio. O questionário poderia ser respondido através das sentenças Sim ou Não. Caso julgasse necessário, o respondente poderia justificar sua resposta.

Tabela 1. Questões sobre a prática antirracista nas bibliotecas do Colégio Pedro II

| Questões a serem respondidas pelas bibliotecas |
|---|
| 1) A biblioteca realizou ações no desenvolvimento de coleções (aquisições de títulos Antirracistas ou que privilegiam grupos raciais, autores com diversidade racial, descarte ou alerta para o leitor de publicações racistas, livros ilustrados com diversidade de corpos e representação)? |
| 2) A biblioteca realizou treinamento de colaboradores sobre racismo e práticas antirracistas? |
| 3) A questão do racismo trouxe alguma(s) mudança(s) nos treinamentos ofertados pela biblioteca, foram ofertadas palestras, oficinas, atividades temáticas sobre os povos racializados (negros, indígenas, ciganos, asiáticos)? |
| 4) A biblioteca desenvolve ações para a acessibilidade física e informacional de pessoas com deficiência? ¹ |
| 5) A identidade visual contempla pessoas racializadas? Existem obras de arte na biblioteca que referenciam pessoas racializadas ou feitas por pessoas racializadas? Se sim qual(is) o(s) nome(s) da(s) obra(s) e autor(es)? |

Fontes: Questionário elaborado pela Central de Bibliotecas para responder uma demanda interna sobre questões raciais e acessibilidade

3. AS BIBLIOTECAS DO COLÉGIO PEDRO II E A LUTA ANTIRRACISTA

Embora Santos (2001, p. 103), considere que a sociedade obteve avanços importantes na produção editorial de literatura negra, necessita-se que ocorram mais avanços para que os currículos escolares abordem em suas metodologias, tópicos e disciplinas voltadas para o tratamento da diversidade racial.

É preciso considerar que no Brasil ainda há desigualdades, considerando que a grande parte da população, que se declarou preta ou parda em censos oficiais, tem vivido em condições de extrema pobreza, são vítimas da violência, e tem carências sociais, culturais e educacionais se compararmos as pessoas que se autodeclararam brancas (Cerrao 2022, p. 3).

O Colégio Pedro II (CPII) foi fundado em 2 de dezembro de 1837 pelo Imperador Dom Pedro II, considerado até os dias atuais, uma das mais tradicionais instituições públicas de ensino básico do Brasil. Ao longo de sua história, foi responsável pela formação de alunos que se destacaram por suas carreiras profissionais e influência na sociedade. Seu quadro de egressos possui presidentes da República, músicos, compositores, poetas, médicos, juristas, professores, historiadores, jornalistas, dentre outros. Em seus 184 anos, a instituição passou por períodos de expansão e modernização sem deixar de lado as características que o tornaram referência no

¹ Questão que não será avaliada na pesquisa, embora seja um tema extremamente relevante, o artigo em questão busca tratar a temática étnico-racial focado na população negra em unidades de informação.

cenário educacional brasileiro. Equiparado aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, com a sanção da Lei n.º 12.677/12, o colégio conta com 14 *campi*, sendo 12 no município do Rio de Janeiro, um em Niterói e um em Duque de Caxias, uma Unidade de Educação infantil.

Sua missão institucional é «Promover a educação de excelência, pública, gratuita e laica, por meio da indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão, formando pessoas capazes de intervir de forma responsável na sociedade». A sua visão é «Ser uma instituição pública de excelência em educação integral e inclusiva, consoante com o mundo contemporâneo e as novas técnicas e tecnologias, comprometida com a formação de cidadãos, visando a uma sociedade ética e sustentável». Seus valores são pautados na «Ética, Excelência, Competência, Compromisso Social e Inovação» (CPII. [2014] e [s.d.]). Sendo assim, o Colégio Pedro II têm se preocupado com a promoção da justiça social e procura envolver todos os seus segmentos (servidores, discentes da Educação Básica, Graduação, Pós-Graduação e do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) e responsáveis), Pró-Reitorias, Setores e Conselhos na luta por mais diversidade, inclusão e equidade.

Cerrao (2022, p. 6) salienta que os bibliotecários escolares devem ser reconhecidos por suas comunidades como agentes de transformação social. A autora destaca que bibliotecas escolares vão muito além da função pedagógica e da democratização do processo de ensino-aprendizagem, o ambiente da biblioteca escolar por ser um espaço social, cooperativo e democrático, contribui para que seus usuários tenham a oportunidade de obter uma formação cidadã para a vida.

Nesse sentido é fundamental o engajamento árduo de bibliotecários escolares na Luta Antirracista dentro das suas instituições. É preciso que bibliotecários estejam dispostos a disponibilizar cada vez mais todo e qualquer recurso informacional ao seu público sobre a temática étnico-racial, pois ao mediar o acesso a esses recursos, esses profissionais começam um processo de conscientização dentro de suas comunidades e consequentemente a Luta Antirracista torna-se cada vez mais forte.

As Bibliotecas fazem parte do Sistema de Bibliotecas do Colégio Pedro II (SiBi CPII) diretamente subordinado à Central de Bibliotecas na Reitoria. As bibliotecas do SiBi CPII são híbridas e compostas por bibliotecas escolares, de ensino infantil, salas de leitura, biblioteca universitária, histórica e o Núcleo de Documentação e Memória do CPII. Toda essa diversidade de tipologia de bibliotecas no CPII tem voltado seu olhar para a comunidade, procurando conhecer cada vez mais o público que atende e para suas respectivas funções sociais, considerando o objetivo de cada biblioteca.

Sobre a questão étnico-racial voltada para a população negra, de acordo com o *site* CPII em números 39,06% da população discente do CPII se autodeclara negra. Geral-

mente a maioria desse público reside em cidades da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, como Baixada Fluminense e Niterói, subúrbios e comunidades onde há um grande índice de criminalidade.

A aplicação do questionário ocorreu em dezembro de 2021, período em que a instituição estava retornando às atividades presenciais. O questionário empregou sentenças que poderiam ser respondidas por SIM (S) ou NÃO (N) aos profissionais das Bibliotecas do SIBI CPII, mas caso julgassem necessário, os respondentes poderiam justificar suas respostas. Os respondentes dessa pesquisa foram as Bibliotecas dos Campi Centro (CCE), Engenho Novo I (CENI), Engenho Novo II (ENII), Humaitá II (CHII), Niterói (CN) Pós-Graduação (PROPEGPEC), São Cristóvão I (CSCI), São Cristóvão II (CSCII), Tijuca I (CTJI), Tijuca II (CTJII). Alguns bibliotecários respondentes optaram por justificar suas respostas.

Na Questão 1: «A biblioteca realizou ações no desenvolvimento de coleções (aquisições de títulos Antirracistas ou que privilegiam grupos raciais, autores com diversidade racial, descarte ou alerta para o leitor de publicações racistas, livros ilustrados com diversidade de corpos e representação)?». Todos os respondentes foram unânimes em responder SIM.

Na questão 2: «A biblioteca realizou treinamento de colaboradores sobre racismo e práticas antirracistas?». A maioria dos respondentes informou que NÃO, porém o *Campus* Engenho Novo II informou que não há um treinamento oficial específico, porém seus profissionais têm feito cursos com a temática étnico-racial de forma individual e não toda a equipe. Cabe salientar que todas as bibliotecas respondentes são conscientes que discutir a temática étnico-racial dentro de seus espaços é de suma importância.

Na questão 3: «A questão do racismo trouxe alguma(s) mudança(s) nos treinamentos ofertados pela biblioteca, foram ofertadas palestras, oficinas, atividades temáticas sobre os povos racializados (negros, indígenas, ciganos, asiáticos)?». Grande maioria das bibliotecas respondeu SIM a essa questão. Podemos destacar aqui que o CENII realiza a Semana da Consciência Negra e todos os setores pedagógicos participam, inclusive a Biblioteca que oferece seu espaço para debates além de promover outras ações através de parcerias com docentes da instituição; a PROPGPEC informou que realizou um evento sobre escritoras negras; o CN também menciona que há divulgação em seu espaço sobre a temática e CSII informa que está aberto a parcerias para discutir e promover o tema em seu espaço. Destaco aqui também a resposta do CHII que destacou o Projeto Biblioteca Indica de autoria da Central de Bibliotecas, durante o isolamento social, projeto o qual através dos *Blogs dos Campis*, mídias sociais das bibliotecas e *Site* Oficial do Colégio, foi dar visibilidade a várias temáticas, inclusive houveram muitas postagens visando conscientizar a comunidade escolar sobre a Luta Antirracista, seja através da leitura ou de algum evento e/ou capacitação virtual.

Na questão 5: «A identidade visual contempla pessoas racializadas? Existem obras de arte na biblioteca que referenciam pessoas racializadas ou feitas por pessoas racializadas? Se sim qual(is) o(s) nome(s) da(s) obra(s) e autor(es)?». Todos os *campi* afirmam que não há obras de arte de pessoas negras no espaço das Bibliotecas. O CENII informou que divulga permanentemente autores negros nacionais e internacionais em seu expositor principal, com destaque para edições comemorativas do grupo Afro Reggae, da de Samba Mangueira, no Rio de Janeiro, além de divulgar livros que abordem a cultura negra como religião, culinária, costumes, História Africana e Afro-Brasileira, por acreditar que essa é uma forma de conscientização da comunidade escolar que se declara negra sobre suas raízes e também por contribuir através da informação para conscientização no engajamento da Luta Antirracista. Dos autores mais destacados pelos respondentes temos: Djamila Ribeiro, Lazaro Ramos, Carolina de Jesus, Conceição Evaristo, Maria Firmina dos Reis, Chimamanda Ngozie Adichie, Rodrigo França e Angela Davis.

4. OS ARQUIVOS E SEU PAPEL NA LUTA ANTIRRACISTA

Para Dantas e O. e Silva (2021) os arquivos devem trabalhar com suas comunidades com ações e necessidades informacionais e cultural que precisam estarem alinhadas com o grupo social atendido, pois é preciso que a comunidade se identifique com a ação apresentada, pois sem isso não haverá, construção do conhecimento, equidade e nem transformação social. Os autores ainda enfatizam que o processo de transformação do indivíduo em cidadão só é possível quando a informação é transformada em conhecimento.

Com base no estudo dos autores citados acima e com a Luta Antirracista é possível destacar algumas ações de arquivos quanto a preservação da memória histórica na Luta Antirracista, fornecendo ao usuário informação sobre os quilombos e sua luta por liberdade. O Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM) disponibiliza em seu acervo virtual duas importantes exposições para a população negra local: «História da Escravidão no Maranhão: memórias preservadas». De acordo com o APEM o objetivo da exposição é «oferecer à sociedade uma mostra de documentos relacionados aos temas: tráfico de escravos, trabalho escravo nas fazendas ou em atividades do cotidiano, infrações, crimes, prisões, castigos e condenações, suicídios, formação de quilombos, movimento de insurreição e providências tomadas, alforrias, entradas e saídas do porto de São Luís e tantos outros» (Câmara 2021). Nesta exposição é possível ter acesso a um Ofício expedido pelo presidente da província ao juiz de paz Guimarães, ordenando que tomasse providências para destruição dos quilombos da Vila Turiaçu, que vinham causando «desordem» pública. Nesse contexto o APEM consegue viabilizar a informação de forma virtual, onde qualquer pessoa em qualquer lugar do mundo com acesso à *internet* possa pesquisar e obter informações históricas sobre a memória da escravidão no

Maranhão e abordar sucintamente a importância dos quilombos na luta pela liberdade do povo escravizado.

Para além da memória histórica de luta e resistência do povo negro, arquivos podem estabelecer parcerias com outros tipos de instituições de memória para contribuir com a Luta Antirracista, para conscientizar e engajar cidadãos na luta. Temos como exemplo a parceria dos Arquivos da Universidade de Campinas (UNICAMP) e do Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP) que realizaram a exposição *Memórias do Futuro: Cidadania Negra, Antirracismo e Resistência* junto ao Memorial da Resistência que iniciou em 4 de junho de 2022 com previsão de término em 14 de maio de 2023 (Memorial da Resistência 2022). A exposição ocorre de forma presencial, porém ao consultar informações em seu *website* é possível visualizar fotos e obras de fotógrafos e artistas que retratam a cultura, os saberes, a arte, a luta e resistência do povo negro ao longo dos anos. A exposição consegue trazer a história de lutas do povo negro e fazer com que o visitante reflita sobre a Luta Antirracista e o futuro do povo negro. Segue abaixo uma foto da exposição intitulada de *Manifestantes com faixas durante ato de Fundação do Movimento Negro Unificado nas escadarias do Teatro Municipal, em São Paulo, em 07 de julho de 1978* (foto de Jesus Carlos).



Fig. 1. Fundação do Movimento Negro Unificado

Fonte: Foto de Jesus Carlos

5. MUSEUS E A LUTA ANTIRRACISTA

Para Nascimento (2021, p. 123) os museus em seus espaços e através da iniciativa de seus profissionais, tem habilidades para construir propostas com o objetivo de acolher histórias silenciadas, mostradas de forma incompletas. Nesse caso, expor a história do povo negro nesses espaços é de fundamental importância, além de fornecer uma contribuição para uma reparação histórica, esse movimento também contribui para a Luta Antirracista, para que o próprio povo negro (re)conheça a sua história e possa se engajar na luta pela igualdade racial. A autora apresenta a função social de museus na luta por uma sociedade mais igualitária:

Portanto, para a formação de uma sociedade igualitária, racial, social e culturalmente falando, a função multidisciplinar do museu necessita do diálogo constante a respeito dessas questões e estar atenta a essas mudanças legislativas, ainda que esta instituição não seja um espaço formal de educação; porém, pode ser uma aliada essencial (Nascimento 2021, p. 126).

Muitos museus pelo Brasil e pelo mundo têm contribuído na luta por justiça social, porém destaco aqui o exemplo do Museu Afro Brasil do Governo do Estado de São Paulo, que oferece exposições de longa duração que tem por objetivo «contar uma outra história brasileira. [...] tem a intenção de desconstruir um imaginário da população negra, construído fundamentalmente pela ótica da inferioridade ao longo da nossa história e transformá-lo em um imaginário estabelecido no prestígio, na igualdade e no pertencimento, reafirmando assim o respeito por uma população matriz de nossa brasilidade» (Museu Afro Brasil Emanuel Araújo 2004). As exposições de longa duração são as seguintes: *África: Diversidade e Permanência, Trabalho e Escravidão, As Religiões Afro-Brasileiras, O Sagrado e o Profano, História e Memória, Artes Plásticas: a Mão Afro-Brasileira*. Dentre essas exposições, destaco aqui a importância de promover uma exposição de longa duração sobre as religiões afro-brasileiras e também sobre a história e memória do povo negro, principalmente no Brasil, onde a história, memórias e religiões afro-brasileiras sempre foram tão silenciadas e marginalizadas durante séculos e nos últimos tempos a marginalização das religiões afro-brasileiras tem crescido, muitos terreiros e centros têm sido invadidos e fechados com frequência por conta da intolerância e racismo religioso. Durante anos tem-se como projeto colocar o negro em posição de inferioridade, que repercute de forma ampla na sua cultura, vida social, religião, ascensão e poder e com isso essas condições são sempre atreladas a sua capacidade intelectual (Farias 2021, p. 166).

Além desse importante trabalho desenvolvido pelo Museu Afro Brasil que visam dar visibilidade e promover a história e cultura do povo negro no Brasil, vale destacar também o Museu Afro-Digital da Memória Africana e Afro-Brasileira que nos apresenta de forma virtual exposições, publicações, coleções e memórias da história do povo negro,

recursos de grande importância para o (re)conhecimento da História Afro-Brasileira no Brasil e com a democratização da informação étnico-racial através de seu *website*. Destaco aqui algumas obras encontradas no *website* do museu que contribuem para o processo de (re)conhecimento da história do povo negro e também da conscientização sobre a negritude brasileira, entre elas: *Negritude sem etnicidade: o local e o global nas relações raciais e na produção cultural negra do Brasil* (Domingues 2005), cujo objetivo é apresentar ao leitor uma ampla discussão de como os conceitos de negritude, etnicidade e relações raciais se intercalam e estão presentes na produção cultural negra no Brasil. Além dessa publicação, também temos uma exposição virtual denominada *Uma História Entre a África e o Brasil em Quatro Episódios* (Museu Afro-Digital 2016) que apresenta de forma clara e simplificada a relação entre Brasil e o Continente Africano, além de apresentar as heranças advindas da cultura africana. Essas exposições além de primarem pelo acesso democrático à informação, provocam no usuário a sensação de reconhecimento da própria história e conseqüentemente o conscientiza, iniciando então um processo de romper paradigmas e contribuir na Luta Antirracista.

6. RESULTADOS

Com base nas ações de Bibliotecas, Arquivos e Museus apresentadas aqui nesse artigo percebeu-se que essas instituições têm atuado e engajado profissionais e comunidades na Luta Antirracista, mediando a informação étnico-racial em suas respectivas instituições.

No caso das ações antirracistas realizadas pelo SIBI do Colégio Pedro II é notório que os profissionais bibliotecários estão engajados na Luta Antirracista e isto também se dá pelo fato do Colégio ter sua missão e valores voltados para a justiça social, o que contribui muito para que os bibliotecários possam fazer constantes aquisições em seus acervos e projetos que visem promover a informação étnico-racial em suas comunidades (CPII [s.d.]). Haja vista também, que conhecer o usuário da informação auxilia no planejamento das ações e projetos que as bibliotecas desenvolvem. Com acervos cada vez mais voltados para temáticas e valores relacionados à justiça social, em especial a Luta Antirracista, destaca-se que todas as bibliotecas possuem em seus acervos autores negros nacionais e internacionais e essas aquisições têm-se tornado cada vez mais frequentes. Fora a questão do acervo os projetos voltados para questões raciais dentro das bibliotecas tem crescido nos últimos anos, mesmo que em parceria com docentes da instituição. Destaco aqui a exposição permanente de livros de história, cultura, feminismo negros na Biblioteca Hélio Fontes no Campus Engenho Novo II e também o evento da Semana Negra, que ocorre em novembro no espaço da biblioteca, a Biblioteca da PROPGEPC realizou um evento sobre escritoras negras e a Biblioteca do Campus Humaitá II e São Cristóvão II também recebem eventos e estão abertas a parcerias. Vale destacar que durante o período de isolamento social ocasionado por conta da COVID-19 as bibliotecas divulgaram

através dos blogs dos seus respectivos campi e/ou redes sociais, conteúdos sobre autores negros, história afro-brasileira, Luta Antirracista e dicas culturais como exposições virtuais sobre temáticas relacionadas ao povo negro. Uma parte dos profissionais que atuam nas bibliotecas participaram de treinamentos voltados para questões raciais, porém não é uma capacitação formal oferecida pela instituição, mas trata-se de iniciativas individuais de cada profissional que atua no espaço das bibliotecas.

Quanto ao engajamento dos Arquivos na Luta Antirracista as ações foram favoráveis do ponto de vista da história do povo negro, pois há de se reconhecer que arquivistas têm trabalhado para a visibilidade da história do povo negro brasileiro, tão silenciada e ocultada. O reconhecimento dessa história através dos movimentos de luta e resistência como foram os quilombos é um grande avanço histórico, disponibilizar documentos sobre a história e a resistência do Movimento Negro que é um movimento de protagonismo na Luta Antirracista é uma contribuição social grandemente importante, pois essas informações podem provocar no usuário uma necessidade de transformação, de mudar sua própria história.

Os Museus aqui citados por sua vez, além de mediar a informação étnico-racial, caminham na mesma linha dos Arquivos e Bibliotecas, apresentando a história, a luta, a cultura e a resistência do povo negro brasileiro. Porém cabe ressaltar que o Museu Afro-Digital da Memória Africana e Afro-Brasileira através de suas publicações digitais fornece ao usuário uma informação mais ampla sobre a atuação e contribuição de museus na Luta Antirracista e demais temáticas relacionadas a justiça social no âmbito da Museologia (Museu Afro-Digital 2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente artigo foram apresentadas referências teóricas em Ciência da Informação, nos campos da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia, com abordagem de profissionais da informação na Luta Antirracista. O objetivo desse artigo foi apresentar ações de Bibliotecas, Arquivos e Museus, bem como seu engajamento na Luta Antirracista, pode-se afirmar que o objetivo foi atingido, uma vez que as ações aqui apresentadas estão consolidadas dentro das suas instituições e vem contribuindo para a Luta Antirracista.

Apesar de Bibliotecários, Arquivistas e Museólogos se empenharem nos estudos tecnicistas de seus respectivos campos, é nítido que esses profissionais da informação têm se engajado cada vez mais nas temáticas relacionadas à Justiça Social, neste artigo especificamente a Luta Antirracista e a Promoção da Informação Étnico-Racial dentro das instituições. Conhecer a comunidade de usuários é o primeiro passo para planejar e traçar políticas para combater o racismo, é o caso do Colégio Pedro II que promove um censo institucional para traçar o perfil de sua comunidade. Com isso é possível pensar e

planejar políticas para a Luta Antirracista dentro da instituição e demais projetos alinhados às temáticas de justiça social.

Quando o profissional da informação se envolve arduamente na Luta Antirracista, ele pode mudar uma estrutura preestabelecida, pois durante o processo de mediação da informação étnico-racial e ao buscar aprendizado constante sobre a temática, oferecendo seu espaço de trabalho para que a Luta Antirracista se torne cada vez mais forte e intensa, consequentemente ocorre um processo de conscientização e transformação social dentro da comunidade em que atua.

Cada ação e referencial teórico apresentados nesse artigo, comprovam o quanto é necessário o engajamento de bibliotecários, arquivistas e museólogos na Luta Antirracista. Por fim, é preciso enfatizar que o (re)conhecimento da História Africana e Afro-Brasileira é uma necessidade não só em unidades de informação, mas principalmente na Educação Básica, pois é a partir do processo de educação formal que a história, a cultura, as lutas, a resistência, a religião, as artes e a literatura do povo negro deve ser apresentada e trabalhada arduamente para que haja efetivamente uma formação cidadã e crítica e real engajamento na Luta Antirracista.

Durante o processo da pesquisa foram encontrados artigos científicos, livros, resumos expandidos sobre a atuação de unidades de informação na Luta Antirracista, apesar de um número satisfatório de pesquisas sobre a temática, esses trabalhos tem um quantitativo baixo, se compararmos às pesquisas voltadas para o estudo de ferramentas tecnológicas e processos tecnicistas em Ciência da Informação em cada campo apresentado nesse artigo. Por isso faz-se necessário que profissionais da informação pesquisem cada vez mais sobre a função social de Arquivos, Bibliotecas e Museus, não só na Luta Antirracista, que é o foco principal desse trabalho, mas também sobre outras temáticas relacionadas, para que a Ciência da Informação lute efetivamente para uma sociedade mais diversa, inclusiva e equitativa.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, S., 2020. *Racismo Estrutural*. São Paulo: Editora Jandaira.
- BRAGA, K. S., 2007. Aspectos relevantes para a seleção de metodologia adequada à pesquisa social em Ciência da Informação. Em: S. P. M. MUELLER, org. *Métodos para a pesquisa em Ciência da Informação*. Brasília: Thesaurus, pp. 17-38.
- BRASIL, 2003. *Lei No 10.639, de 9 de Janeiro de 2003* [Em linha]. Brasil: Presidência da República [consult. 2022-09-25]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm.
- CALAZANS, A. T. S., 2007. Estudo de caso: uma estratégia de pesquisa. Em: S. P. M. MUELLER, org. *Métodos para a pesquisa em Ciência da Informação*. Brasília: Thesaurus, pp. 39-62.
- CÂMARA, C. F. R., 2021. *Exposição Virtual: "História da Escravidão no Maranhão: memórias preservadas"* [Em linha]. Arquivo Público do Estado do Maranhão [consult. 2022-09-25]. Disponível em: <http://apem.cultura.ma.gov.br/expo/escravos-2021/>.

- CERRAO, N. G., 2022. Biblioteca Escolar Antirracista. Manifestações de racismo e preconceito étnico-racial na literatura de cordel. Múltiplos olhares em Ciência da Informação. *Especial* [Em linha]. (N.º especial) [consult. 2022-09-25]. Disponível em: <https://doi.org/10.35699/2237-6658.2022.35474>.
- CPII [COLÉGIO PEDRO II], [s.d.]. *Colégio Pedro II - Missão* [Em linha]. G12.br [consult. 2022-09-25]. Disponível em: <http://www.cp2.g12.br/cpii/missao.html>.
- CPII [COLÉGIO PEDRO II], [2014]. *Colégio Pedro II - CPII em números* [Em linha]. G12.br [consult. 2022-09-25]. Disponível em: http://www.cp2.g12.br/proreitoria/prodi/cpii_numeros.
- DANTAS, J. F., e F. M. O. SILVA, 2021. Para além de arquivar: reflexões sobre a função social e ações nos/dos arquivos. Em: G. de M. TERRA, T. L. TRINDADE, e T. G. de S. SIQUEIRA, orgs. *Papel social da informação* [Em linha]. [S.l.]: EDUA, UFAM, pp. 16-35 [consult. 2022-09-25]. Disponível em: <https://riu.ufam.edu.br/bitstream/prefix/5974/3/E-book%20-%20Papel%20social%20da%20informa%c3%a7%c3%a3o.pdf>.
- DOMINGUES, P., 2005. Negritude sem etnicidade: o local e o global nas relações raciais e na produção cultural negra do Brasil. *Revista de antropologia* [Em linha]. 48(1) [consult. 2022-09-25]. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0034-77012005000100012>.
- FARIAS, L. P. da S. de, 2021. *As religiões de matriz africana e a intolerância religiosa: um retrato do racismo estrutural nos municípios de Recife, Olinda e Jaboatão 2010-2019* [Em linha]. Dissertação de Mestrado em Ciências da Religião, Universidade Católica de Pernambuco [consult. 2022-09-25]. Disponível em: <http://tede2.unicap.br:8080/handle/tede/1460>.
- FERNANDES, I. P. G., e E. D. VALÉRIO, 2021. Ensinando a transgredir: a formação de bibliotecárias/os para a agenda antirracista. Em: F. C. G. da SILVA, org., *Bibliotecári@s Negr@s: perspectivas feministas, antirracistas e decoloniais em Biblioteconomia e Ciência da Informação* [Em linha]. Florianópolis, SC: Rocha Gráfica e Editora, Selo Nyota, pp. 253-268 [consult. 2023-12-10]. Disponível em: https://3b2d7e5d-8b9a-4847-aa3e-40931d588fb7.filesusr.com/ugd/c3c80a_4da665a28096439eaa5f794b35266234.pdf.
- FREIRE, P., 2016. *Conscientização*. Tradução de T. J. Risi Leme. São Paulo: Cortez Editora.
- GOMES, E., 2016. Afrocentricidade: discutindo as relações étnico-raciais na biblioteca. *Revista ACB* [Em linha]. 21(3), 738-752 [consult. 2022-09-25]. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1216/pdf>.
- LOPES, N., 2011. *Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana*. 4.ª ed. São Paulo: Selo Negro.
- MAFFEZZOLLI, E. C. F., e C. G. E. BOEHS, 2008. Uma reflexão sobre o estudo de caso como método de pesquisa. A reflection about a case study as a research methodology. *Revista da FAE* [Em linha]. 11, 95-110 [consult. 2022-09-25]. Disponível em: <https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/viewFile/262/180>.
- MEMORIAL DA RESISTÊNCIA, 2022. Exposição: *Memórias do Futuro: Cidadania Negra, Antirracismo e Resistência* [Em linha]. (04 de junho de 2022 até 27 de agosto de 2023). São Paulo: Memorial da Resistência de São Paulo [consult. 2022-09-25]. Disponível em: <https://memorialdaresistencia.org.br/exposicao/memorias-do-futuro/>.
- MORIGI, V. J., S. A. SOUZA VANZ, e K. GALDINO, 2002. O Bibliotecário e suas Práticas na Construção da Cidadania. *Rev. ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina* [Em linha]. 7(1), 135-147 [consult. 2022-09-25]. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/89899>.
- MUNANGA, K., e N. L. GOMES, 2016. *O negro no Brasil de hoje*. 3.ª ed. São Paulo: Global.
- MUSEU AFRO BRASIL EMANOEL ARAÚJO, 2004. *Exposições de Longa duração*. São Paulo: Governo do Estado [consult. 2022-11-21]. Disponível em: <http://www.museuafrobrasil.org.br/programacao-cultural/exposicoes/longa-duracao>.

- MUSEU AFRO-DIGITAL DA MEMÓRIA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA, 2016. *Uma História entre a África e o Brasil em Quatro Episódios*. Bahia: Ufba [consult. 2022-10-22]. Disponível em: <https://museuafrodigital.ufba.br/uma-hist%C3%B3ria-entre-%C3%A1frica-e-o-brasil-em-quatro-epis%C3%B3dios>.
- NASCIMENTO, M. V., 2021. O desafio da representatividade negra nos museus. *Museologia & Interdisciplinaridade* [Em linha]. Jun.-dez. **10**, 122-128 [consult. 2022-11-21]. Disponível em: <https://doi.org/10.26512/museologia.v10i19.33996>.
- OLIVEIRA, H. P. C. de, e M. D. A. AQUINO, 2012. O conceito de informação etnicorracial na Ciência da Informação. The concept of ethnic-racial information in Information Science. *Liinc em revista* [Em linha]. **8**(2) [consult. 2022-11-21]. Disponível em: <https://doi.org/10.18617/liinc.v8i2.453>.
- SANTOS, I. A., 2001. A responsabilidade da escola na eliminação do preconceito racial: alguns caminhos. Em: E. CAVALLERO, org. *Racismo e antirracismo na educação: repensando nossa escola*. São Paulo: Selo Negro Edições, pp. 97-113.
- SILVA, F., e G. SALDANHA, 2018. As culturas africanas e afrodescendentes em Biblioteconomia & Ciência da Informação no Brasil: Epistemologia histórica, pensamento crítico e meio social. Em: D. F. A. de O. SPUDEIT, et. al., orgs. *Formação e atuação política na Biblioteconomia*. São Paulo: ABECIN, pp. 291-318.
- SOARES, K. B., 2007. Aspectos relevantes para seleção de metodologia adequada à pesquisa social em ciência da informação. Em: *Métodos para a pesquisa em ciência da informação*. São Paulo: Thesaurus, pp. 17-38.
- SOUSA, M. A., e M. E. B. C. de ALBUQUERQUE, 2020. *Glossário de informação étnico-racial* [Em linha]. João Pessoa: Editora UFPB [consult. 2022-09-25]. Disponível em: <http://www.editora.ufpb.br/sistema/press5/index.php/UFPB/catalog/view/178/912/7538-1>.
- SOUSA, G. K. A., E. D. VALÉRIO, e A. F. CAMPOS, 2021. Competência em informação para a igualdade racial. *Logeion Filosofia da Informação* [Em linha]. **7**(2), 128-144 [consult. 2022-11-21]. Disponível em: <https://doi.org/10.21728/logcion.2021v7n2.p128-144>.

